Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FACE

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA

Pesquisa em Ciências Contábeis

ALINE RODRIGUES GONTIJO

DISPOSIÇÃO A PAGAR PELO ENSINO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL: UMA APLICAÇÃO DA VALORAÇÃO CONTINGENTE NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB).

BRASÍLIA
2015

Professor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Roberto de Goés Ellery Júnior
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professora Doutora Diana Vaz de Lima
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Doutor Marcelo Driemeyer Wilbert
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FACE
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA
Pesquisa em Ciências Contábeis

ALINE RODRIGUES GONTIJO

DISPOSIÇÃO A PAGAR PELO ENSINO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL: UMA APLICAÇÃO DA VALORAÇÃO CONTINGENTE NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB).

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Linha de Pesquisa: Impactos da Contabilidade na Sociedade.

Grupo de Pesquisa: Contabilidade para Usuário Externo.

Orientadora: Drª. Fátima de Souza Freire.

BRASÍLIA
2015

Gontijo, Aline Rodrigues.
Disposição a pagar pelo ensino na universidade pública federal: uma aplicação da valoração contingente no curso de pedagogia da universidade de brasília (unb)./ Aline Rodrigues Gontijo – Brasília, 2015. 48 f.

Orientadora: Prof. Dra. Fátima de Souza Freire

Monografia (graduação) – Universidade de Brasília. Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis e Atuariais – FACE.

1. *Open-ended* 2. Referendo 3. Disposição a pagar 4. Valoração contingente 5. Pedagogia. I. FREIRE, Fátima de Souza. II. Universidade de Brasília.

ALINE RODRIGUES GONTIJO

DISPOSIÇÃO A PAGAR PELO ENSINO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL: UMA APLICAÇÃO DA VALORAÇÃO CONTINGENTE NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB).

Comissão Avaliadora:

_____

Professora Doutora Fátima de Souza Freire
(Orientadora)

_____

Professor Mestre Wolney Resende De Oliveira
(Membro Examinador Externo)

BRASÍLIA
2015

Aos meus amados pais e à minha irmã.

AGRADECIMENTOS

Àquele que me possibilitou alcançar mais uma vitória: Deus.

Àqueles que me deram vida e sempre acreditaram e me apoiaram na realização dos meus sonhos: Adilson Alves Gontijo e Irene Rodrigues da Silva Gontijo.

Àquela que compartilhou seus ensinamentos, teve paciência e confiança ao longo das supervisões das minhas atividades: Professora Doutora Fátima de Souza Freire.

Àquele que me apoiou e me ajudou a concluir a pesquisa através de seus conhecimentos e de sua boa vontade: Wolney Resende De Oliveira.

Àquele que está ao meu lado me dando força e incentivo: Marcelo Ferreira de Almeida Araújo.

Àqueles que sempre torceram pelo meu sucesso: familiares e amigos.

O mais competente não discute, domina a sua ciência e cala-se.

Voltaire.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo avaliar quanto, em termos monetários, os discentes do curso de graduação de pedagogia da Universidade de Brasília (UnB) estariam dispostos a pagar pela estrutura educacional disponível atualmente e, se fossem disponibilizadas mudanças, observar se esta disposição seria conservada. Com a finalidade de analisar a problemática estabelecida foi utilizado o método de valoração contingente (MVC), utilizando cálculos estatísticos para encontrar o valor da disposição a pagar (DAP). Para isso, foram aplicados dois tipos de questionário, um com a modalidade *open-ended* e outro com a modalidade referendo para avaliar a aceitação de cada cenário hipotético que foi criado e apresentado aos alunos. A não aceitação dos lances ofertados foi de, aproximadamente, 72% das respostas aos cenários. O efeito da ancoragem e a teoria do bem público podem explicar as respostas, visto que os respondentes relataram que a escolha da UnB se deve pelo fato de ser uma universidade pública. A DAP encontrada na técnica *open-ended* foi o valor médio de R$ 600,00. Já a DAP na técnica referendo foi de R$ 895.72. Considerando esses valores, caso a UnB deixasse de existir, pode-se dizer que os discentes que estariam dispostos a pagar poderiam ser alocados em IES particulares do DF. Em outro aspecto, ao observar o custo do aluno na universidade, constata-se que, caso o curso de pedagogia fosse pago, os valores de DAP não cobririam esses gastos.

Palavras-chave: *Open-ended*. Referendo. Disposição a pagar. Valoração contingente. Pedagogia.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Problemas que impediram os respondentes de oferecer um lance maior. 23
Gráfico 2 - Histograma caracterizado pelos pontos médios. 29
Gráfico 3 - Razões que mais apareceram para justificar a escolha da UnB. 32
Gráfico 4 - Representação dos Coeficientes de Aderência.....34
Gráfico 5 - Comparativo dos valores de IES particulares no DF considerando a DAP no Referendo UnB. 36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição de Frequências. 28
Quadro 2 - Dados estatísticos – *Open-ended* 29
Quadro 3 - Lances aceitos a partir de cada cenário para a amostra eleita. 32
Quadro 4 - Denominação e especificação das variáveis. 33
Quadro 5 - Valor de mensalidades das IES no DF. 35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil socioeconômico encontrado do questionário *open-ended* 26
Tabela 2 - Perfil socioeconômico encontrado do questionário referendo 30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MVC	Método de Valoração Contingente
SIGRA	Sistema de Informações Acadêmicas de Graduação
UnB	Universidade de Brasília
DAP	Disposição a Pagar
DAR	Disposição a Receber
DF	Distrito Federal
FAJESU	Faculdade Jesus Maria José
FE	Faculdade de Educação
IES	Instituições de Ensino Superior
NOAA	*National Oceanic and Atmospheric Administration*
UCB	Universidade Católica de Brasília
Unip	Universidade Paulista

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS 10
LISTA DE QUADROS 11
LISTA DE TABELAS 12
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS 13
1 INTRODUÇÃO 14
2 REFERENCIAL TEÓRICO 16
2.1 Teoria dos Bens Públicos 16
2.1.1 A Educação como um Bem Público 17
2.2 Método da Valoração Contingente 18
2.3 Heurística da Ancoragem 20
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS 22
3.1 Procedimentos de coleta de dados 24
3.1.1 Questionário open-ended 24
3.1.2 Questionário referendo 25
4 ANÁLISE DE RESULTADOS 26
4.1 Questionário *open-ended* 26
4.2 Questionário Referendo 30
4.3 Extrapolações considerando a DAP encontrada 34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 39
APÊDICE A 43
APÊDICE B 45

1 INTRODUÇÃO

A gestão é o mecanismo responsável por gerenciar os custos tanto da área privada quanto da área pública. Esse procedimento é encarregado por buscar a eficiência, utilizando o melhor custo possível. Garrison e Noreen (2001) alegam que os custos são considerados sacrifícios financeiros elaborados por uma instituição com a finalidade de atingir seus objetivos, considerando um destes objetivos como a obtenção de lucro. A análise dos custos gerados pelas instituições de ensino possibilita que o gestor tome atitudes corretas quanto ao valor a ser alocado nas ações educacionais.

A universidade é uma instituição social que expressa à sustentação e a maneira de funcionamento da coletividade como um todo. Segundo Dotta (2008), os recursos necessários para manutenção da educação superior em relação à educação básica são bem maiores. As políticas públicas devem reconhecer a educação, em todas as suas nuances, como um direito fundamental no exercício da vida cidadã. Isso é o que torna a educação um bem público, em sentido teórico, prático e estrito (OLIVEIRA, 2014). A educação é um direito garantido pela Constituição brasileira de 1988. Dallari (2004) define a educação como um direito fundamental da pessoa humana porque atualmente a boa educação é imprescindível para que o indivíduo possa desenvolver sua personalidade e esteja bem preparada para vida social.

A Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) foi implantada em 1966. Seu projeto inicial foi concebido pelo educador Anísio Teixeira. Em 1970, estava em pleno funcionamento. Atualmente, o curso de Pedagogia, de acordo com os dados obtidos no Sistema de Informações Acadêmicas de Graduação (SIGRA) da UnB em maio de 2015, conta com 954 alunos. Nesse total, considerando o gênero, 86% são mulheres e 14% homens. Desta forma, adotou-se o curso de graduação de Pedagogia da UnB para aplicar a valoração contingente.

Para Motta (1997), a valoração contingente é um método de pesquisa no qual são elaboradas perguntas aos entrevistados sobre suas preferências em cenários hipotéticos que tenham maior proximidade com a realidade presente na vida desses indivíduos. Tais preferências precisam influenciar as respostas dos respondentes, devendo ser expressas por valor monetário que será obtido a partir do *feedback* sobre quantos as pessoas estariam dispostas a pagar para preservar ou suportar a perda do bem ou serviço. Há uma possibilidade de ancoragem no momento de traçar os materiais criados para coleta de dados. A heurística da ancoragem é uma regra prática e mental em que as informações existentes são aceitas

como ponto de partida para a tomada de decisão, mas são adaptadas à medida que novas informações tornam-se disponíveis (BARON, 1998 *apud* HOY *et al*., 2015)

De forma geral, esta pesquisa tem como objetivo aplicar o método de valoração contingente (MVC) para indagar a disposição a pagar (DAP) dos discentes do curso de Pedagogia da UnB nas condições atuais dos serviços prestados pela universidade e caso haja alguma alteração de melhoria. Com o intuito de atingir o propósito geral, foram determinados os seguintes objetivos específicos:

a) Analisar a proporção e o perfil dos alunos (por gênero, idade, renda, estado civil, semestre em curso e naturalidade) que estariam dispostos a pagar pelos cenários apresentados neste estudo;
b) Comparar o valor da disposição a pagar encontrado (por média) com o valor da mensalidade nas IES particulares que ofertam o curso de Pedagogia no DF, verificando se é inferior ou superior;
c) Verificar se o valor da disposição a pagar calculado é capaz de cobrir os atuais gastos realizados para formação dos discentes pela UnB.
d) Comparar os resultados deste estudo com as conclusões da pesquisa de Oliveira (2014), sobre a DAP dos discentes de contabilidade da UnB.

Com a finalidade de alcançar os objetivos específicos, foram distribuídos dois questionários, um com o uso da técnica *open-ended* e outro com o uso da técnica referendo para avaliar a aceitação de cada cenário que foi construído. Finalmente, foi calculada, por meio do MVC e com o apoio de métricas estatísticas, a disposição a pagar do usuário do curso de Pedagogia da UnB, nas duas técnicas de aplicação de questionário. Os questionários foram criados a partir de uma adaptação dos aplicados na dissertação de mestrado de Oliveira (2014).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria dos Bens Públicos

Segundo Caetano (2006), bens públicos são as coisas públicas subordinadas por lei ao domínio de uma pessoa coletiva de direito público, retirando o comércio jurídico privado, pois sua principal utilidade é coletiva. Bastos (2004) define bens públicos como o conjunto de coisas corpóreas e incorpóreas, móveis, imóveis e semoventes de que o Estado se vale para poder atingir as suas finalidades. Sendo assim, são os bens que a Administração Pública precisa para atingir o contentamento, o bem-estar e os objetivos coletivos da sociedade.

Para Gasparini (2007), bens públicos são aqueles que pertencem à União, Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios, autarquias, e outras entidades de caráter público criada por lei, ou seja, que são de propriedade de pessoas jurídicas de Direito Público interno. Se pertencentes a terceiros, serão classificados como bem público quando vinculadas à prestação de serviço público. Quanto ao regime jurídico, defende que esses são prestigiados pelas cláusulas de inalienabilidade – não podem ser transferidos, dispostos ou alienados enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar, salvo quando passarem à classe dos dominicais –, imprescritibilidade – são insuscetíveis de aquisição mediante usucapião – e impenhorabilidade – não se sujeitam ao regime de penhora.

O novo Código Civil (2002) trata sobre os bens públicos entre os artigos 98 a 103. Em seu artigo 98, define os bens públicos como aqueles do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem. No seguinte artigo do Código, os bens públicos são classificados em três categorias:

I. Uso comum do povo – definido como locais abertos à utilização pública, com caráter de comunidade e de uso coletivo. Exemplo: rios, mares, estradas, ruas e praças;

II. Uso especial – destinados à execução dos serviços públicos. Exemplo: edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias; e

III. Dominicais – integrantes do domínio público como os demais, porém, se diferem pela possibilidade sempre presente de serem utilizados em qualquer

> fim, ou mesmo alienados pela Administração, se assim o desejar. Exemplo: aqueles que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Assim, levando em consideração a atuação dos serviços educacionais, a educação é considerada um bem público e um direito social. Confirma-se isso ao constatar que sua essência possui a necessidade de formar sujeitos e aprofundar a cidadania e a democratização da sociedade.

2.1.1 A Educação como um Bem Público

A Constituição Federal de 1988 atribuiu para as políticas públicas educacionais a noção de que a qualidade é o seu componente essencial. Em seu artigo 6º, determina que a educação é um direito social. Para Marmelstein (2008), os direitos sociais são verdadeiros direitos fundamentais, tanto em sentido formal, pois estão presentes na Constituição, quanto no sentido material, por serem valores intimamente ligados ao princípio da dignidade da pessoa humana. Dias Sobrinho (2002), compreende a educação superior como bem público com papel no processo de formação ou como agência prestadora de serviço e de preparação para o mercado de trabalho.

Além disso, também, em seu artigo 205, a Constituição Federal de 1988 evidenciou o referido direito, aprofundando a idéia de que o ensino reforça a capacidade de progresso das pessoas, tanto na condição de cidadão quanto em seu crescimento profissional, estabelecendo que a educação deve visar ao "pleno desenvolvimento da pessoa", "seu preparo para o exercício da cidadania" e a sua "qualificação para o trabalho". A partir desses objetivos, pode-se compreender que a educação foi concedida ao direito fundamental, atendendo às preocupações constitucionais e formulando-a como um direito de acesso. A partir dessas concepções e salientando a educação como um bem público, Dallari (2004) reforça a educação como um processo de aprendizagem que favorece e propicia o desenvolvimento da pessoa humana. Logo, é reconhecida como um direito fundamental de todos, devendo ser assegurada em condições de igualdade para toda sociedade.

Para Gorczevski (2005), a falta de uma educação suficiente e de qualidade, delimita evidentemente o direito a adquirir opiniões e informações e transmiti-las sem limitação de fronteiras, por qualquer meio de expressão. Ademais, essa ausência torna impossível o apropriado contentamento dos direitos econômicos, sociais e culturais, substanciais para a dignidade e o livre desenvolvimento da personalidade, delimitando o direito ao trabalho em

condições satisfatórias e o direito a participar na vida cultural. Em maior parte, a deficiência e a falha do ensino faz com que usufruir dos direitos humanos e da cidadania e colaborar a que outros também o façam seja difícil. Seguindo este raciocínio, percebe-se que os direitos sociais são obrigações indispensáveis do ente político encarregado pela tutela dos direitos fundamentais (DOTTA, 2008).

Desta forma, a educação precisa ser prioridade de todos os governos, pois através dela as pessoas se aperfeiçoam e obtêm elementos para serem mais úteis à coletividade (DALLARI, 2004). A criação de mecanismos como a construção de políticas públicas de avaliação da educação seria importante, já que reforçaria o poder da educação sobre a sociedade. A educação é dever do Estado e um direito de todos, segundo a Constituição.

2.2 Método da Valoração Contingente

Visando o favorecimento da tomada de decisão sobre políticas, planos ou projetos por determinada instituição, o método de valoração contingente (MVC) vem sendo utilizado em diversos estudos como um meio de valoração de benefício social/econômico. (OLIVEIRA, 2014). Segundo Benakouche e Cruz (1994), o MVC é uma técnica que consiste em quantificar o valor que um consumidor estaria disposto a pagar (DAP) ou a quantia que ele estaria disposto a receber (DAR) como compensação pela perda ou ganho de um benefício. Desta forma, por meio da revelação da disposição a pagar (DAP), as preferências dos participantes da pesquisa se tornarão perceptíveis.

Para Motta (1997), em qualquer forma de gestão, o gestor terá que solucionar o problema de destinar um orçamento financeiro restrito frente a diversas possibilidades de gastos que propõem opções distintas de investimento ou de consumo. Isto pode ser observado no cotidiano das famílias quando os indivíduos estão a decidir como gastar sua renda pessoal. Se o valor total dos gastos de todas as opções não ultrapassar o orçamento financeiro disponível, então todas as opções poderão ser implementadas.

Esta associação existente, entre a DAP dos usuários pelas vantagens da utilização e a disposição a ofertar das entidades, é que determina os valores monetários. Haja vista que o propósito fundamental dos investimentos públicos é o fornecimento de bens e serviços que tornem maior o bem-estar dos indivíduos, e as vontades do governo de destinar verbas de um orçamento delimitado e escasso para atender estes fornecimentos que podem ser acompanhadas por uma verificação ou exame, em termos sociais, de custo-benefício.

Percebe-se que o aprimoramento da tomada de decisão do gestor público pode ser resultado da valoração de um bem ou serviço, cooperando para que ele atinja a concretude de suas análises econômicas. Desse modo, ao tornar-se claro esse valor, em termos monetários, no curso de Pedagogia da UnB, a partir da compreensão dos discentes, existirá a possibilidade de surgirem considerações relacionadas com as opiniões valoradas e estabelecidas pela amostra da população em questão.

Hanley e Spash (1993) destacam que a noção principal do MVC é a presença de diversos níveis de preferência ou critérios por bens ou serviços distintos que as pessoas têm. Ou seja, o MVC se preocupa em perguntar às pessoas, ao invés de observar seu comportamento, se mostrando como um método de preferência. Pearce (1993) aconselha, uma vez definido o objeto de valoração, que se obtenham as preferências a partir de um questionário. Nessa pesquisa utilizar-se-á a aplicação dos questionários *open-ended* – forma aberta – e referendo – escolha dicotômica.

Segundo Hufschmidt (1983), citado por Oliveira (2014), existem diversas formas de aplicação de questionários para obter tais dados: técnica de perguntas abertas (*open-ended*); técnica de *bidding* game; modelo de referendo; modelo de referendo com repetição (*folow-up*); contingente classificatório (*ranking*); e atividade contingente. A partir de então, os dados obtidos são tabulados e submetidos a uma análise estatística/econométrica com intuito de derivar valores médios dos lances DAP.

Motta (1997) divide o procedimento de aplicação do MVC em dois estágios. O primeiro é a definição da pesquisa e do questionário e o segundo é o cálculo e estimação. No primeiro estágio, será definido o objeto de valoração, ou seja, determinar qual o recurso a ser valorado, especificando-o com clareza. Além disso, é importante decidir qual será a medida de valoração: disposição a pagar ou disposição a receber. Neste trabalho foi escolhida a mensuração mais conservadora que é a de disposição a pagar (DAP). O autor também sugere que se definam as técnicas responsáveis por encontrar o valor que, neste caso, foram escolhidas as modalidades *open-ended* e o referendo. No segundo estágio, deve-se proceder a uma pesquisa-piloto e uma pesquisa final, desenvolvendo, em seguida, o cálculo da medida monetária e a agregação de resultados.

Através do Método de Valoração Contingente (MVC) é possível investigar a acessibilidade manifestada pelas pessoas, nesta situação o aluno de graduação em Pedagogia da UnB, de desembolsar um valor pela utilização dos bens e serviços oferecidos, adquirindo, assim, um valor estimado. Ademais, é possível determinar a probabilidade de esses usuários estarem dispostos a pagar um preço excedente ao estabelecido pela média inicial,

evidenciando cenários hipotéticos, a partir da disponibilização de aperfeiçoamentos na estrutura física da instituição – salas de aula, banheiros, biblioteca, estacionamento, laboratórios –, nos investimentos da qualificação e assiduidade dos professores e na melhoria dos acervos bibliográficos. Se referindo a um modelo que repercuti as preferências presentes atualmente dos consumidores dos serviços prestados pela UnB no curso de Pedagogia, é possível, dessa maneira, comparar com modelo hipotético de escolha, servindo como teste de validade da própria metodologia de valoração contingente (OLIVEIRA, 2014).

Este estudo fará uso do método *open-ended*, que encontrará a DAP inicial, com a finalidade de estabelecer a disposição dos estudantes do curso de Pedagogia da UnB de desembolsar determinado valor monetário pela utilização dos serviços prestados pela universidade, a partir da média alcançada por intermédio deste, e do método referendo que irá valorar a DAP concedida pelos discentes. A DAP será encontrada, atentando-se à possibilidade de existência de ancoragem nas respostas, a partir da aceitação ou não-aceitação dos respondentes sobre os cenários hipotéticos apresentados.

2.3 Heurística da Ancoragem

A heurística da Ancoragem não é um processo cognitivo simples, ao contrário, é uma limitação da tomada de decisão, que ocorre em problemas num contexto de negócios reais, e afeta pessoas experientes e inexperientes (NORTHCRAFT & NEALE, 1987). A área de investigação hoje conhecida como Heurísticas e Vieses é resultado de pesquisas em Psicologia desde as décadas de 1950 e 1960. Essas pesquisas demonstraram que os julgamentos humanos são menos coerentes que modelos matemáticos. (TONETTO *et al*., 2006).

Mosca (2009) define a ancoragem como um desdobramento da representatividade, se referindo à tendência de focalizar a atenção sobre um número ou informação recentemente recebida, e usá-lo como ponto de referência no momento em que precisamos fazer uma estimativa. O autor dá o exemplo da compra de um automóvel, em que ao chegarmos a uma concessionária o vendedor nos mostra, de primeira, o melhor modelo de carro, apresenta aquele que desejamos adquirir. Isso acaba por ancorar nossa expectativa de valor em um patamar elevado, pois ao olhar uma versão mais simples e um pouco mais barata, temos a impressão de estar diante de um automóvel ruim, fechando negócio precipitadamente a um preço elevado, dado que a âncora de referência inicial foi estabelecida em um patamar artificialmente alto.

Segundo Kahneman e Tversky (1983 *apud* OLIVEIRA, 2014), quando fornecidos pontos de partidas na análise decisória, as estimativas tendem a ser enviesadas em direção aos valores iniciais. Também afirmam que as pessoas podem fundamentar suas estimativas sobre alguma experiência anterior. Shiller (2000) ressalta que a heurística da Ancoragem não ocorre apenas na ocasião em que o ponto de partida é tomado por quem possui caráter de decisão, mas também quando quem decide fundamenta sua estimativa sobre o resultado de alguma computação incompleta.

Bazerman (1994) apresenta dois motivos pelos quais âncoras afetam as decisões. O primeiro é quando o sujeito desenvolve estimativas partindo de uma âncora para chegar a uma resposta final. O segundo é quando uma âncora, já existente, induz as pessoas a pensar sobre informações que são consistentes com aquela âncora.

Para Bezerra (2011) a ancoragem traz a concepção de que as pessoas fazem estimativas partindo de um valor inicial (âncora) ajustado para revelar a resposta ideal. Este valor de partida pode ser sugerido por um precedente histórico, pela maneira ao qual um problema é apresentado ou por uma informação aleatória lançada pelo ambiente em que os sujeitos estão inseridos. Logo, a ancoragem tem influência significativa nas tomadas de decisões, visto que, como observado, seus resultados são excessivos em diversos campos de estudo.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A Replicação é o processo em que é efetivada a execução de uma série de estudos para determinar se um efeito produzido experimentalmente será representado para fortalecer sua fidedignidade, não significando uma duplicação porque podem ser introduzidas algumas variações (ALCÂNTRATA, 1999). Este estudo fará uso da técnica de replicação da pesquisa de Oliveira (2014). Ao invés de analisar dados sobre os discentes de contabilidade da UnB, os alunos que utilizados para a coleta de dados serão os graduandos de pedagogia da UnB.

Entre as diversas técnicas de pesquisa e coleta de dados, uma das mais conhecidas é a utilização do questionário. Questionário, na definição de Malhotra (2012), é o conjunto formal de perguntas cujo objetivo é obter informações dos entrevistados. O autor define três objetivos de um questionário: transformar as informações desejadas em um grupo de perguntas; motivar e incentivar o entrevistado, minimizando o cansaço e o tédio dessas pessoas ao responder, tentando evitar ao máximo a ocorrência de respostas incompletas ou a falta dessas; e diminuir o erro de resposta com um bom planejamento.

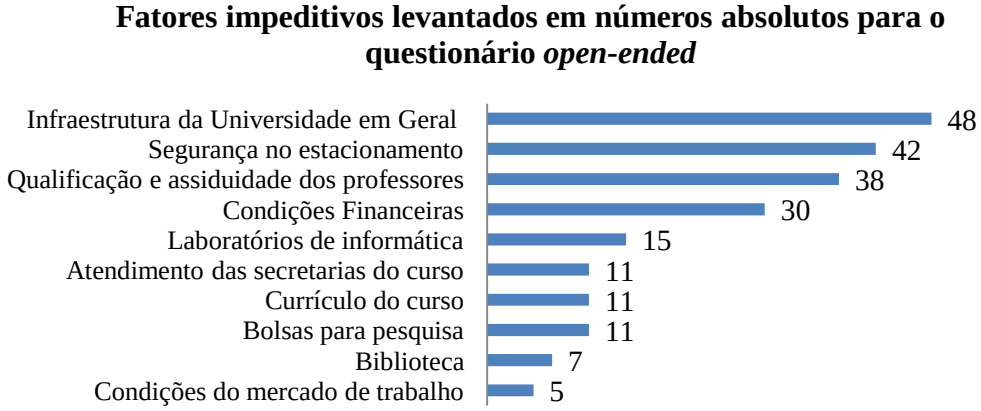
Oliveira (2003) determina algumas vantagens de se aplicar um questionário. São elas: a rapidez, o impacto sobre um maior número de indivíduos simultaneamente, o levantamento de dados em área geográfica maior, a obtenção de dados mais confiáveis, por se ter o controle sobre as condições em que o questionário será respondido e a flexibilidade. Considera-se, de acordo com o autor, que o questionário é uma técnica impessoal entre o pesquisador e o entrevistado. Neste sentido, a elaboração dos questionários tornou-se um dos passos essenciais para coleta de dados da pesquisa. Com isso, foram utilizados os questionários na modalidade *open-ended* e referendo no contexto da metodologia da DAP considerando o MVC.

O questionário *open-ended* foi construído em duas partes, precedido por um cabeçalho explicativo em que existissem instruções antecedentes a respeito da pesquisa, preservando ao respondente o direito de sigilo às informações prestadas e a possibilidade de envio dos resultados da pesquisa por meio de um endereço eletrônico registrado no local indicado. A primeira parte, procura informar-se sobre o perfil dos respondentes, sendo apresentada por questões de caráter socioeconômico. Na segunda parte, são expostas três perguntas de forma aberta. Essas foram responsáveis por revelar o valor da DAP inicial no cenário atual e serviu para fundamentar o que seria exposto no questionário referendo. Ao aplicar esse instrumento, não foi definido um tempo mínimo para que os discentes respondessem, pois isso poderia gerar influências nos resultados obtidos.

O questionário referendo foi formulado a partir dos dados do anterior (*open-ended*). Os dois possuem praticamente mesmo formato, porém na segunda parte do questionário referendo tratou-se dos questionamentos criados em situações hipotéticas a partir das respostas obtidas na aplicação do questionário *open-ended*, especificamente nas questões 2 e 3 do segundo bloco do instrumento intitulado "II – Questionário".

Os cenários hipotéticos, presentes no questionário referendo, foram criados a partir da análise das respostas obtidas na questão três do questionário *open-ended*, que se refere à citação dos problemas da universidade que impedem que o discente ofereça um valor maior. O gráfico 1 retrata estes fatores.

Gráfico 1 - Problemas que impediram os respondentes de oferecer um lance maior.



Fonte: Elaboração própria.

Assim sendo, o MVC estima o valor da DAP com base nos cenários hipotéticos, simulando esses através das respostas dos questionários que indagam a valoração contingente em face das mudanças ocorridas. O valor de cada cenário foi definido a partir do resultado da DAP obtida no questionário *open-ended*.

O MVC obteve sua validade reconhecida pelo NOAA no que tange à valoração contingencial como o único método capaz de captar valores de existência, mas incluiu no relatório recomendações para sua elaboração. Dentre essas as mais importantes são: usar uma amostra probabilística, descartar respostas incompletas e nulas, construir questionários adequados, apresentar os resultados com a amostra, ser conservador adotando opções que subestimem a DAP a ser estimada e complementar o levantamento *open-ended* com a metodologia referendo (OLIVEIRA, 2014).

3.1 Procedimentos de coleta de dados

A coleta e a análise dos dados foram possíveis através da aplicação dos questionários do tipo *survey*, utilizando o método de valoração contingente, chegando, desse modo, aos objetivos específicos estabelecidos. De acordo com Werkema (2012), o método *survey* é baseado no questionamento direto dos pesquisados sobre seu comportamento, conhecimentos, motivações, atitudes, preferências, intenções, característica, entre outras, por meio de uma entrevista individual.

A aplicação dos dois questionários ocorreu no primeiro semestre de 2015. Foram aplicados 248 questionários no formato *open-ended* para encontrar o valor médio a ser atribuído ao cenário de partida no questionário referendo, representando aproximadamente 26% do total de alunos matriculados no curso de graduação de Pedagogia. Destes questionários, 13 foram excluídos da amostra devido a ocorrência de preenchimentos de respostas inadequadas. A primeira amostra contém 218 alunos de Pedagogia e 17 de outros cursos diversos. A presença de estudantes de outros cursos já era prevista, pois na UnB existe a possibilidade de discentes de vários cursos cursarem a mesma disciplina.

O questionário referendo foi aplicado em uma amostra de 381 estudantes de Pedagogia, representando aproximadamente 40% do total de alunos do curso. Não houve exclusão na amostra. No questionário referendo, foi orientado aos entrevistados, previamente, que somente os alunos matriculados no curso de graduação de Pedagogia participassem da segunda etapa da pesquisa.

O grau de confiança estabelecido para o tamanho da amostra foi de 95% em uma população de 954 discentes, conforme dados obtidos por meio do SIGRA da UnB, na Secretaria da Faculdade de Educação em 30.04.2015.

3.1.1 Questionário open-ended

A fim de avaliar quanto os discentes do curso de Pedagogia da UnB estariam dispostos a pagar pelo serviço da universidade, foram utilizadas perguntas, de forma aberta, questionando qual o valor monetário que eles atribuiriam. Segundo Oliveira (2014), essa disposição é uma variável continua que assume qualquer valor não-negativo, podendo ser tratada com técnicas convencionais de estimação.

Atendendo as especificações do MVC, foi distribuído um questionário avaliativo do tipo *open-ended* (apêndice A) aos alunos de graduação da Universidade de Brasília para

detectar a DAP inicial. Os resultados adquiridos foram explorados a partir de métricas estatísticas descritivas. Posteriormente, com o intuito de avaliar e tirar conclusões do conteúdo adquirido, foram utilizados esses resultados para a construção do segundo questionário denominado referendo (apêndice B).

De acordo com Motta (1997), o questionário *open-ended* é uma técnica que apresenta a seguinte pergunta: "quanto você está disposto a pagar?". Este questionamento gera uma variável contínua de lances e o valor esperado da DAP pode ser estimado pela sua média utilizando a estatística descritiva. Essa foi a forma pioneira do MVC, porém, tem caído em desuso por surgirem outras modalidades de formas abertas. Castanheira (2008) explica a estatística descritiva como um número que, sozinho, descreve uma característica de um conjunto de dados, ou seja, é um número-resumo que minimiza os dados a proporções mais fáceis de serem interpretados.

3.1.2 Questionário referendo

Como foi explicado, o argumento do MVC é a de que as pessoas têm níveis de preferência divergentes. Pearce (1993) instrui captar essas preferências através da utilização de um questionário. De acordo com Motta (1997) o questionário na modalidade referendo é aquele que representa uma escolha dicotômica, apresentando a seguinte questão: "você está disposto a pagar R$ X?". Ao longo da amostra, a quantia "X" sofre alterações para determinar a frequência das respostas dadas, levando em consideração os diferentes níveis de lances ou cenários. O autor afirma que esta forma é a mais usada atualmente.

O MVC vai apreciar as preferências dos discentes em situações diversas e hipotéticas, a partir da aplicação do questionário referendo, indicando como esses usuários valoram o serviço prestado na universidade. Para definir o valor de um mercado hipotético de prestação de serviços de educação para o curso de Pedagogia da UnB, foi usado o *software* estatístico *TIBCO Spotfire* em sua versão 7.0.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

O estudo dos questionários está organizado da seguinte forma: a primeira subseção trata-se da análise estatística descritiva do questionário *open-ended*, definindo o valor da disposição a pagar inicial. Na segunda subseção, ocorre o estudo do questionário referendo com uso do *software* estatístico *TIBCO Spotfire* para encontrar a disposição a pagar geral. A terceira subseção examinou as informações obtidas com base nos propósitos específicos deste trabalho.

4.1 Questionário *open-ended*

A representação da amostra dos usuários que responderam o questionário na modalidade *open-ended* está na Tabela 1 que foi construída utilizando-se dos dados do perfil socioeconômico encontrado nos 235 instrumentos aplicados e validados. Existe uma observação importante sobre a variável do curso de ingresso na UnB: 93% dos respondentes são alunos do curso de Pedagogia e os outros 7% foram eliminados da amostra em função dos objetivos e delimitação da pesquisa.

Tabela 1 - Perfil socioeconômico encontrado do questionário *open-ended*

1 .Sexo		
Masculino	22%	51
Feminino	78%	184
Total	100%	235
2. Estado Civil		
Solteiro	79%	185
Casado	13%	31
Divorciado	1%	3
União Estável	5%	11
Outro	2%	5
Total	100%	235
3.Faixa Etária		
16-20 anos	29%	69
21-30 anos	57%	135
31-45 anos	9%	20
46-65 anos	5%	11
Acima 65 anos	0%	0

Total		100%	235
4.Escolaridade			
4.1 Curso que está matriculado			
Pedagogia		93%	218
Administração		3%	6
Psicologia		2%	4
Ciências Ambientais		1,3%	3
Geografia		0,9%	2
História		0,9%	2
Total		100%	235
4.2 Já possui algum curso superior completo?			
Sim		9%	21
	Administração	2,1%	5
	Comunicação Social	1,7%	4
	Artes	1,3%	3
	Economia	0,9%	2
	História	0,9%	2
	Contabilidade	0,4%	1
	Serviço Social	0,4%	1
	Sociologia	0,4%	1
	Terapia Ocupacional	0,4%	1
	Educação Física	0,4%	1
Não		91%	214
Total		100%	235
5. Renda			
5.1 Estou declarando renda:			
Individual		35%	81
Familiar		66%	154
Total		100%	235
5.2 Faixas de renda			
Nenhuma		2%	4
Até R$ 788,00		5%	11
De R$ 788,01 até R$ 1.576,00		17%	40
De R$ 1.576,01 até R$ 2.364,00		14%	34
De R$ 2.364,01 até R$ 3.152,00		12%	29
De R$ 3.152,01 até R$ 3.940,00		7%	17
De R$ 3.940,01 até R$ 4.728,00		12%	28
Acima de R$ 4.728,00		31%	72
Total		100%	235
6. Naturalidade			
Natural de Brasília			
Sim		72%	170

Não. Qual Estado de origem?			
	Goiás	5%	12
	Minas Gerais	5%	11
	Piauí	4%	10
	Rio de Janeiro	3%	7
	Ceará	3%	7
	São Paulo	2%	5
	Maranhão	2%	5
	Bahia	2%	4
	Paraná	2%	4
Total		100%	235

Fonte: Elaboração própria.

As respostas com objetivo de se alcançar a DAP inicial para esse primeiro questionário serão um determinado valor estipulado por meio da média. Através desse retorno, ocorrerão na geração do segundo questionário, lances de uma variável contínua a partir de melhorias obtidas nas perguntas avaliativas pautadas.

O quadro 1, demonstrado a seguir, apresenta uma distribuição de frequências de acordo com o que foi ofertado no questionário *open-ended*, para identificar os valores que poderiam ser pagos com base na compreensão dos discentes quanto à situação atual efetiva em que estão vivenciando dentro da universidade.

Quadro 1 - Distribuição de Frequências.

Classe	Intervalo de Classe (Xi)	Ponto Médio (Xi)	Frequência Absoluta (Fi)	Frequencia Relativa (Fr)	Frequência Cumulativa
1	R$ 101,00 ⊢ R$ 200,00	R$ 150,50	5	2%	5
2	R$ 201,00 ⊢ R$ 300,00	R$ 250,50	14	6%	19
3	R$ 301,00 ⊢ R$ 400,00	R$ 350,50	25	11%	44
4	R$ 401,00 ⊢ R$ 500,00	R$ 450,50	30	14%	74
5	R$ 501,00 ⊢ R$ 600,00	R$ 550,50	60	28%	134
6	R$ 601,00 ⊢ R$ 700,00	R$ 650,50	29	13%	163
7	R$ 701,00 ⊢ R$ 800,00	R$ 750,50	25	11%	188
8	R$ 801,00 ⊢ R$ 900,00	R$ 850,50	23	11%	211
9	R$ 901,00 ⊢ R$ 1.000,00	R$ 950,50	7	3%	218
			218	100%	

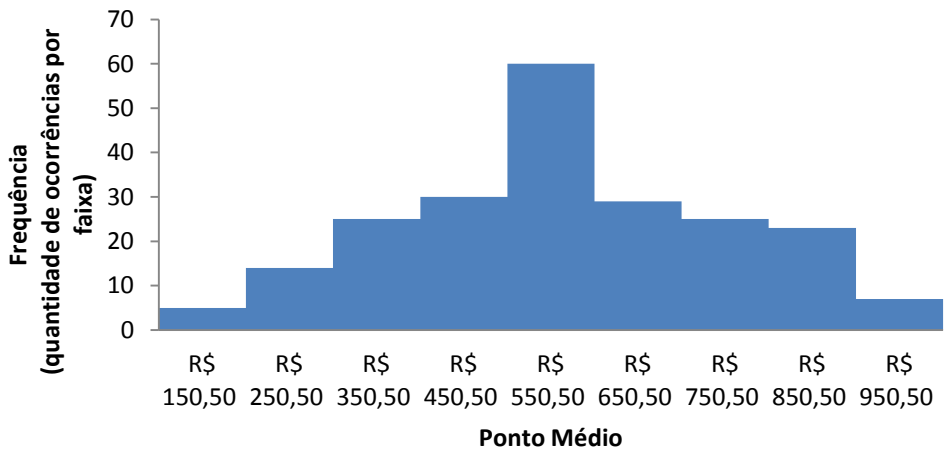
Fonte: Elaboração própria.

Os valores lançados no segundo questionário foram extraídos da distribuição de frequência calculada. O ponto médio encontrado foi de R$550,50 (quinhentos e cinquenta reais e cinquenta centavos), representando 28% das respostas, conforme frequência relativa

demonstrada no quadro 1. Malhotra (2012) orienta utilizar o limite superior de cada intervalo, os quais representam valores inteiros, para facilitar o raciocínio dos discentes ao responder o questionário referendo. Deste modo, a DAP atingida foi de R$ 600,00, pois representa o limite superior do intervalo que apresentou o ponto médio. O lance das suposições sugeridas de cenários foi retirado a partir da sexta classe, fazendo uso do limite superior de cada intervalo e considerando a frequência obtida em cada classe. Assim sendo, os lances para os cenários 1, 2, 3 e 4 foram, respectivamente, de R$ 700,00, R$ 800,00, R$ 900,00 e R$ 1.000,00.

Com o intuito de melhorar a visualização das informações do quadro 1 e, por consequência, as inferências, produziu-se um histograma (gráfico 2) que demonstra a distribuição de frequências.

Gráfico 2 - Histograma caracterizado pelos pontos médios.



Fonte: Elaboração própria.

A fim de enfatizar a concentração na classe 5, conforme a distribuição de frequência apresentada, foram calculados os seguintes dados demonstrados no quadro 2. Analisando os valores, observa-se que houve uma assimetria à direita, pois a média é maior que a mediana que, por sua vez, é maior que a moda.

Quadro 2 - Dados estatísticos – *Open-ended*

Média	R$	579,50
Mediana	R$	550,50
Moda	R$	500,00
Desvio Médio Padrão	R$	148,82
Variância	R$	34.940,35

Fonte: Elaboração própria.

Examinando a média e o desvio padrão amostral para obter o erro, foi calculado o intervalo de confiança: R$ 559,00 < μ < R$ 600,00. Portanto, foi decidido empregar um valor inteiro para conceder o lance inicial no segundo questionário, observando as medidas calculadas através da estatística descritiva. Logo, o valor inteiro usado foi de R$ 600,00. Esse valor será denominado como DAP por *open-ended*.

4.2 Questionário Referendo

Foram aplicados e validados 381 instrumentos relativos ao questionário na modalidade referendo. A tabela 2, a partir dos dados obtidos, reflete as proporções do perfil socioeconômico da amostra dos alunos que participaram da segunda etapa do estudo.

Tabela 2 - Perfil socioeconômico encontrado do questionário referendo

1 .Sexo		
Masculino	14%	52
Feminino	86%	329
Total	100%	381
2. Estado Civil		
Solteiro	80%	305
Casado	11%	42
Divorciado	2%	8
União Estável	3%	11
Outro	4%	15
Total	100%	381
3.Faixa Etária		
16-20 anos	28%	107
21-30 anos	57%	217
31-45 anos	9%	34
46-65 anos	6%	23
Acima 65 anos	0%	0
Total	100%	381
4.Escolaridade		
4.1 Semestre em curso		
Até o 5º semestre	66%	251
Do 6º semestre ao 10º	34%	130
Total	100%	381
4.2 Já possui algum curso superior completo?		

Sim		10%	38
	Letras	2,6%	10
	História	1,8%	7
	Biblioteconomia	1,6%	6
	Arquivologia	1,0%	4
	Ciências Contábeis	0,8%	3
	Comunicação Social	0,5%	2
	Direito	0,5%	2
	Enfermagem	0,5%	2
	Engenharia	0,3%	1
	Teologia	0,3%	1
Não		90%	343
Total		100%	381
5. Renda			
5.1 Estou declarando renda:			
Individual		38%	145
Familiar		62%	236
Total		100%	381
5.2 Faixas de renda			
Nenhuma		3%	11
Até R$ 788,00		3%	11
De R$ 788,01 até R$ 1.576,00		4%	15
De R$ 1.576,01 até R$ 2.364,00		6%	23
De R$ 2.364,01 até R$ 3.152,00		8%	30
De R$ 3.152,01 até R$ 3.940,00		17%	65
De R$ 3.940,01 até R$ 4.728,00		21%	81
Acima de R$ 4.728,00		38%	145
Total		100%	381
6. Naturalidade			
Natural de Brasília			
Sim		84%	320
Não. Qual Estado de origem?			
	Goiás	2%	8
	Minas Gerais	4%	14
	Piauí	2%	9
	Rio de Janeiro	2%	8
	Ceará	3%	11
	Maranhão	2%	7
	Paraná	1%	4
Total		100%	381

Fonte: Elaboração própria.

Com a intenção de visualizar as proporções dos alunos que aceitaram ou não cada cenário hipotético que foi exposto no questionário referendo, foi construído o quadro 3. Realizando as médias dos percentuais obtidos, observa-se que, aproximadamente, 28% dos estudantes estariam dispostos a pagar o curso, caso esse tivesse que ser pago. A proporção dos discentes que não pagariam nenhuma quantia pela oferta do curso em uma situação hipotética de pagamento é de 72%.

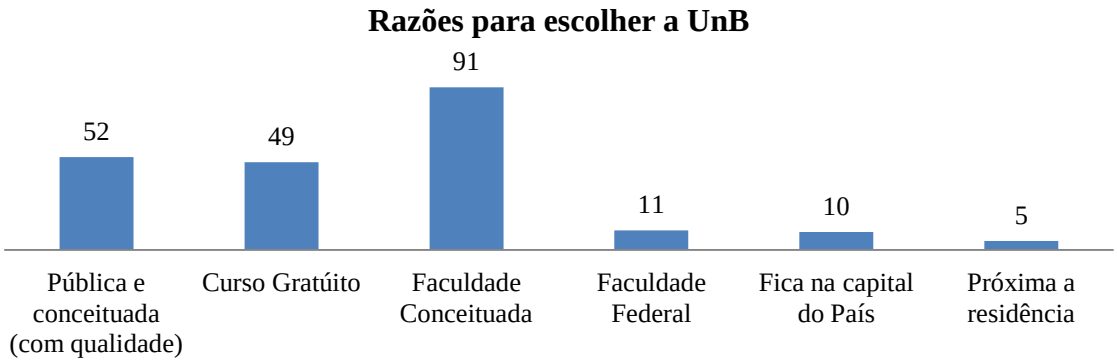
Quadro 3 - Lances aceitos a partir de cada cenário para a amostra eleita.

	Aceita	%	Não Aceita	%	Total Geral
R$ 700	126	33%	255	67%	381
R$ 800	111	29%	270	71%	381
R$ 900	110	29%	271	71%	381
R$ 1.000	80	21%	301	79%	381

Fonte: Elaboração própria.

O índice de negação dos cenários pode ser explicado pela ancoragem presente no questionário referendo. A ancoragem é compreendida pela heurística da ancoragem. Como foi abordado anteriormente, esse viés é uma tendência que torna difícil a mudança dos julgamentos iniciais, de modo que este se adéque às novas informações propostas. Esta âncora pode estar relacionada com o fato da UnB ser uma universidade pública e gratuita, considerando a educação como um bem público. Isto é reforçado no gráfico 3, onde estão as razões que tiveram maior ocorrência para justificar a escolha da UnB pelos discentes.

Gráfico 3 - Razões que mais apareceram para justificar a escolha da UnB.



Fonte: Elaboração própria.

Para calcular a DAP geral, optou-se por tabular os dados de forma binária, escolhendo os valores 1 e 0 para representar as respostas das variáveis do referendo, como está representado no quadro 4.

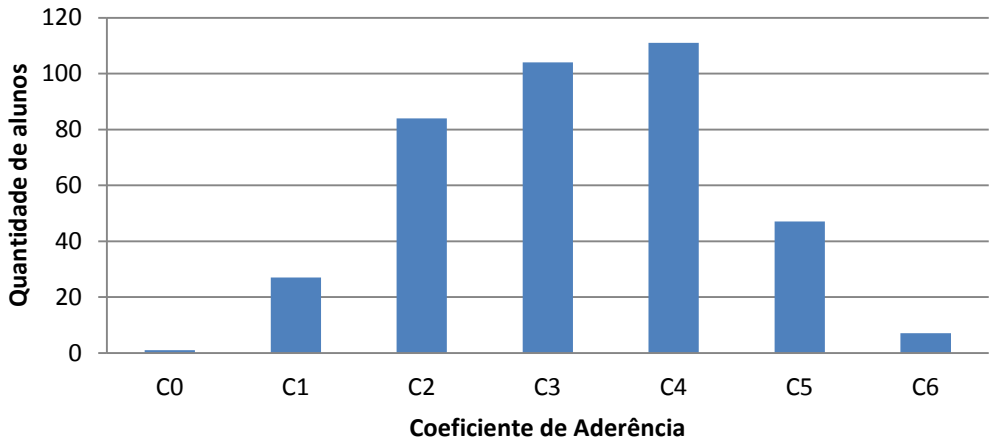
Quadro 4 - Denominação e especificação das variáveis.

VARIÁVEIS	ESPECIFICAÇÃO	
	1	0
CENÁRIO 1 LANCE 700,00	SIM	NÃO
CENÁRIO 2 LANCE 800,00	SIM	NÃO
CENÁRIO 3 LANCE 900,00	SIM	NÃO
CENÁRIO 4 LANCE 1.000,00	SIM	NÃO
GÊNERO	MASCULINO	FEMININO
ESTADO CIVIL	SOLTEIRO	OUTROS
IDADE	DE 16 A 20	ACIMA DE20
SEMESTRE EM CURSO	ATÉ O 5º	A PARTIR DO 5º
JÁ POSSUI GRADUAÇÃO?	SIM	NÃO
RENDA INFORMADA (INDIVIDUAL OU FAMILIAR	Menor ou igual a cinco salários mínimos.	Maior que cinco salários mínimos.
NATURALIDADE	Brasília	Outros

Fonte: Elaboração própria com apoio da pesquisa de Oliveira (2014).

A partir desse procedimento, utilizou-se o *software* estatístico *TIBCO Spotfire*. Foram criados os coeficientes de aderência, estes estão representados pela soma dos valores 1 das variáveis socioeconômicas para representar no valor final a relação com as mesmas. Com isso, verificou-se a existência de sete coeficientes, cada um representando a quantidade de respostas 1. São estes: C0, C1, C2, C3, C4, C5, C6, demonstrados no gráfico 4. O coeficiente 0 foi excluído do cálculo por não apresentar nenhuma DAP.

Gráfico 4 - Representação dos Coeficientes de Aderência.



Fonte: Elaboração própria.

Assim, foi calculada a DAP para cada respondente a partir do cálculo da média que esses pagariam por cenário. Os valores de DAP igual a zero foram desconsiderados. Posteriormente, foi calculada a DAP por coeficiente de aderência, agrupando os valores aos seus devidos níveis. Finalmente, para se alcançar a DAP geral, foi utilizada a seguinte fórmula:

$$\text{DAP} = \frac{1}{n}\sum_{i=1}^{n} C_{\text{i}}$$

DAP = (928,57+859,46+854,84+902,86+828,57+1000,0)/6 = **895,72**

4.3 Extrapolações considerando a DAP encontrada

A fim de atingir o objetivo específico de comparar a DAP encontrada, a partir da análise estatística dos questionários *open-ended* e referendo, com o mercado atual das Instituições de Ensino Superior Particulares (IES), foi construído o quadro 5. As IES utilizadas para realizar a comparação foram retiradas do *ranking* do guia do estudante que evidenciam quais são as melhores faculdades de 2015. No *ranking* são utilizadas estrelas para classificar essas instituições. As estrelas são distribuídas em quantidades de três a cinco, existindo no *ranking* faculdades não classificadas, ou seja, sem estrelas. A única instituição do DF que recebeu cinco estrelas no curso de graduação de pedagogia foi a Universidade de Brasília (UnB). Buscando um maior equilíbrio na análise de comparação, foram consideradas as instituições com três ou quatro estrelas.

Quadro 5 - Valor de mensalidades das IES no DF.

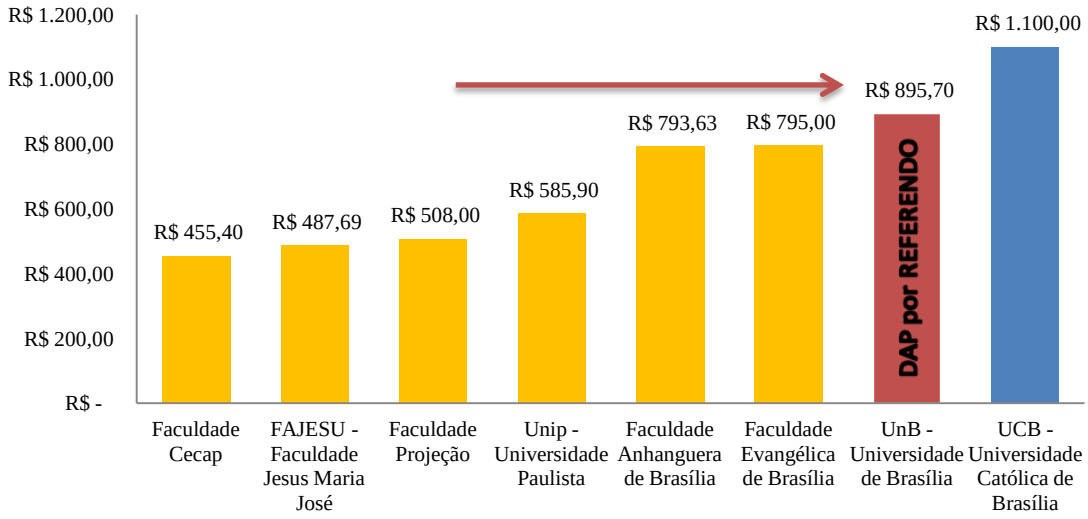
	Investimento (R$)*	
Federal - 5 Estrelas		
UnB - Universidade de Brasília		
Particular - 4 Estrelas		
UCB - Universidade Católica de Brasília	R$	1.100,00
Particulares - 3 Estrelas		
Faculdade Cecap	R$	455,40
FAJESU - Faculdade Jesus Maria José	R$	487,69
Faculdade Projeção	R$	508,00
Unip - Universidade Paulista	R$	585,90
Faculdade Anhanguera de Brasília	R$	793,63
Faculdade Evangélica de Brasília	R$	795,00

*Valores pesquisados junto às Instituições em junho de 2015 referentes à mensalidade do semestre.
Fonte: Elaboração própria.

Tendo como base o valor de R$ 600,00 da DAP pelo método *open-ended*, e admitindo um caso hipotético, no qual a Universidade de Brasília fosse fachada e não pudesse acolher a totalidade dos seus alunos e considerando, ainda, que esses tivessem a necessidade de serem realocados em instituições particulares do DF, é notório que os discentes participantes da amostra só poderiam cursar pedagogia nas seguintes instituições: Faculdade Cecap, Faculdade Jesus Maria José (FAJESU), Faculdade Projeção e Universidade Paulista (Unip). Considerando, a DAP de R$ 895,72, alcançada através do questionário referendo, e analisando a mesma situação hipotética, tem-se a possibilidade de alocação dos estudantes em todas as instituições do quadro 5, salvo na Universidade Católica de Brasília – UCB.

O gráfico 5 demonstra o que foi avaliado, escalando os valores de cada mensalidade pesquisada e comparando esses com a DAP encontrada no questionário referendo. O valor de R$ 895,70 foi associado à UnB, por se tratar de quanto os discentes estariam dispostos a pagar por essa. As colunas amarelas indicam as faculdades com valores inferiores à DAP. Já a coluna azul representa a instituição que superou a DAP constatada.

Gráfico 5 - Comparativo dos valores de IES particulares no DF considerando a DAP no Referendo UnB.



Fonte: Elaboração própria.

Portanto, o valor da DAP presente no *open-ended* é maior a quatro instituições privadas e menor as três instituições restantes, conforme as informações presentes no quadro 5. Já a DAP apresentada no referendo foi superior a seis instituições privadas e inferior a uma, conforme expõe o gráfico 5.

Outra análise é feita ao comparar o resultado encontrado pelo cálculo da DAP e a apuração do custo do aluno da Faculdade de Educação da UnB encontrada no Relatório de Gestão do exercício de 2014. O custo por aluno anual apresentado de 2008 até 2014 foi, em média de R$ 17.793,71, representando como gasto R$ 1.482,81 mensal. A DAP no *open-ended* (R$ 600,00) e referendo (R$ 895.72) é bem inferior ao valor que a instituição efetivamente repassa em custo-ensino. Supondo que a universidade fosse privatizada, para manter o cenário atual nas condições de ensino e estrutura, a DAP deveria sofrer um encarecimento, caso contrário, os gastos com a formação dos discentes não seriam pagos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado com a aplicação dos questionários *open-ended* e referendo, utilizando o MVC, constatou o valor que o discente do curso de pedagogia da UnB estaria disposto a pagar mensalmente, nas condições atuais em que está inserido e na mudança desse cenário. Na modalidade *open-ended*, foi encontrada uma DAP de R$ 600,00. Os respondentes indicaram fatores impeditivos para um lance mais elevado. Os itens com mais incidência foram: infraestrutura da universidade em geral, segurança no estacionamento, qualificação e assiduidade dos professores e condições financeiras. Na técnica referendo, a DAP encontrada foi de R$895,72. O aumento dessa disposição se deve às mudanças das situações propostas em cada lance, conforme os problemas tratados no primeiro questionário.

Durante a análise do segundo questionário, foi identificado que 72% dos respondentes do curso de pedagogia não pagariam a mensalidade por cada cenário proposto. Percebe-se que a ancoragem e a teoria do bem público interferiram nas respostas dos discentes, visto que, na técnica *open-ended*, eles optaram por estudar na UnB pelo fato desta ser uma universidade pública e de qualidade.

Com relação aos objetivos específicos, comparou-se, em função do valor da DAP encontrada, os valores das mensalidades de IES particulares do DF que tinham grau de qualidade avaliados em 3 ou 4 estrelas, conforme dados do guia do estudante. Verificou-se que boa parte dos alunos da UnB não poderia mudar para as IES do DF com a DAP que foi concedida pelo primeiro questionário. Porém, analisando a DAP do referendo, apenas uma faculdade se mantém inacessível aos discentes.

Quanto aos valores investidos pela UnB, considerando o custo do aluno, observou-se que a DAP de ambas as modalidades não consegue arcar com os gastos dos discentes da amostra desta pesquisa. Ou seja, embora a UnB esteja, de acordo com o *ranking* do guia do estudante, entre as melhores faculdades de Pedagogia do país, a universidade investe no aluno um valor mais alto do que ele pagaria.

Como sugestão para pesquisas futuras que envolverem DAP, seria interessante a comparação e a relação desse valor com o grau de satisfação dos discentes e com gasto que eles possuem para estudar na UnB, como por exemplo: a locomoção até a universidade, a compra de livros, os gasto com xérox, entre outros.

Comparando os resultados da pesquisa de Oliveira (2014) com os resultados desta, observa-se que talvez por ter sido utilizado o mesmo questionário *open-endend*, o resultado da

DAP inicial foi o mesmo. Em relação aos motivos por não ofertar um lance maior, uma característica que se destacou foi o fator da falta de condições financeiras dos discentes de pedagogia. Observando a DAP geral, tendo-a com um valor menor do que a dos alunos de contabilidade, é sugerido que essa seja calculada pelo mesmo método do autor, pois a diferença dos cálculos pode gerar um valor diferente do encontrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROW, K.; SOLOW, R.; PORTNEY, P.; LEAMER, E. E.; RADNER, R.; SCHUMAN, H. **Report of the NOAA Panel on contingent valuation**, 1993. Disponível em: <http://www.darrp.noaa.gov/library/pdf/cvblue.pdf>. Acesso em: 31.05.2015.

ALCANTARA, P. V. **Teoria e prática pedagógica na educação superior: o uso da replicação na pesquisa aplicada**. Educación Superior y Sociedad, vol. 10, n. 2: 81-94, 1999.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva , 2004, p. 308.

BAZERMAN, M. **Judgment in managerial decision making**. 3. ed. New York: Wiley,1994.

BENAKOUCHE, R. & CRUZ, R. S. 1994. **Avaliação monetária do meio ambiente**. São Paulo: Makron Books. 198 p.

BEZERRA, João Matheus França. **A Heurística da ancoragem e seus efeitos em estimativas de preço.** 2011. 102f. Dissertação (Mestrado). Universidade Potiguar, Natal, 2011.

BRASIL, Lei n. 10.406/2002, **Código Civil**. Publicada no Diário Oficial da União. 11 jan. 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CAETANO, **Marcello. Manual de Direito Administrativo**. Coimbra: Almedina, 2006, v. II, p. 881.

DALLARI, D.A. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 2004.

DIAS SOBRINHO, José. **Educação superior: bem público, equidade e democratização.** *Avaliação (Campinas)* [online]. 2013, vol.18, n.1, p. 107-126.

DOTTA, A. G. A educação como um bem público tutelado pelo Estado mediante as políticas públicas de avaliação da qualidade. In: Congresso Nacional de Educação da PUCPR – Edição Internacional, 7., 2008, Curitiba, **Anais**… Curitiba: EDUCERE, 2008, p. 180-195.

GARRISON, R. H. NOREEN, E. W. **Contabilidade gerencial.** 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

GASPARINI, Diogenes. **Direito administrativo**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. xlviii, 1026 p..

GORCZEVSKI, C. **Direitos humanos, educação e cidadania.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

GUIA DO ESTUDANTE. **Os 15 melhores cursos de ciências contábeis do Brasil.** Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/blogs/melhoresfaculdades/category/ciencias-contabeis/>. Acesso em: 04 de mai. 2015.

_____. **Ranking de estrelas.** Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/?qu=Digite%20o%20curso%20e/ou%20a%20universidade>. Acesso em: 04 de mai. 2015.

HANLEY, N.; SPASH C. L. **Cost-Benefit Analysis and the Environment**. Hants, Inglaterra: Edward Elgar, 1993, 278 p.

HOY, Wayne K.; MISKEL, Cecil G. Administração Educacional: teoria, pesquisa e prática. 9 ed. São Paulo:

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MARMELSTEIN, George. **Curso de direitos fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2008.

MOSCA, A. **Finanças comportamentais.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MOTTA, R. S. 1998. **Manual para valoração econômica de recursos ambientais.** Brasília, Ministério do meio ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 216p.

MOTTA, R. S. **Manual para valoração econômica de recursos ambientais**. Rio de Janeiro, IPEA/MMA/PNUD/CNPq, 1997.

MUSSWEILER, T.; STRACK, F. The semantics of anchoring. **Organizational behavior and human decision processes**, v. 86, n. 2, p. 234-255, 2001.

NORTHCRAFT, G. B.; NEALE, M. A. Experts, amateurs, and real state: an anchoring and adjustment perspective on property pricing decisions. **Organizational behavior and human decision processes**, v. 39, n. 1, p. 84-97, 1997.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva (Coord.). **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade.** São Paulo: Saraiva, 2003.

OLIVEIRA, W. R. **Disposição a pagar pelo ensino na universidade pública federal: uma aplicação da valoração contingente no curso de ciências contábeis da Universidade de Brasília (UnB)**. 2014. 89f. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

PEARCE, D. **Economic values and the natural world.** Londres: Earthscan Publications,1993.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014. Decanato de Planejamento e Orçamento. **Relatório**. Brasília, 2014.

SHILLER, R. J. **Exuberância irracional**. Makron Books, São Paulo: 2000.

SÓDERSTEN, Bo; GEOFREY, Reed. International economics. 3. ed. London: MacMillan, 1994. 714 p.

STEVENSON, W. J. **Estatística aplicada à administração.** São Paulo: Editora Harbra, 2001.

TONETTO, Leandro Miletto, *et al.* O papel das heurísticas no julgamento e na tomada de decisão sob incerteza. **Revista de Estudos de Psicologia**, Campinas, v.23, n.2, p. 181-189, abril/junho, 2006.

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Extensional versus Intuitive reasoning: The conjunction fallacy in probability judgement. **Psychological Review.** v. 90, p. 293-315, 1983.

WERKEMA, Cristina. **Dflss - Design For Lean Six Sigma.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

APÊDICE A: QUESTIONÁRIO TIPO OPEN-ENDED

O presente questionário é parte integrante da pesquisa acadêmica, relacionada ao Trabalho de Conclusão de Curso em contabilidade na Universidade de Brasília, da graduanda Aline Rodrigues Gontijo. A orientadora dessa pesquisa é a Professora Doutora Fátima de Souza Freire. A autora declara que as informações deste questionário **são de caráter confidencial**, e serão apresentadas no estudo somente de forma agregada. O respondente não precisa se identificar. Caso queira receber os resultados desta pesquisa, registre um e-mail no rodapé desta folha. Obrigada.

<table>
<tr><td colspan="2">I – PERFIL SOCIOECONÔMICO</td></tr>
<tr><td>1. Sexo
☐ Masculino
☐ Feminino</td><td>2. Estado Civil
☐ Solteiro ☐ Casado ☐ Separado ☐ Divorciado
☐ União estável ☐ Outro</td></tr>
<tr><td>3. Faixa etária
☐ 16–20
☐ 21-30
☐ 31-45
☐ 46-65
☐ Acima de 65</td><td>4. Escolaridade
Curso em que está matriculado:
_____
Semestre: _____
4.1 Já possui algum curso superior completo?
☐ Sim. Qual?
R:_____
☐ Não.</td></tr>
<tr><td>5. Renda
5.1 Estou declarando renda:
☐ Individual ☐ Familiar
5.2 Faixas de renda:
☐ Nenhuma
☐ Até R$ 788,00
☐ De R$ 788,01 até R$ 1576,00
☐ De R$ 1576,01 até R$ 2.364,00
☐ De R$ 2.364,01 até R$ 3.152,00
☐ De R$ 3.152,01 até R$ 3.940,00
☐ De R$ 3.940,01 até R$ 4.728,00
☐ Acima de R$ 4.728,00</td><td>6. Naturalidade
Natural de Brasília?
☐ Sim.
☐ Não. Qual Estado de Origem?
R:_____ ____</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td>II – QUESTIONÁRIO (DISPOSIÇÃO A PAGAR)</td></tr>
<tr><td>1. Por que escolheu a UnB para cursar o nível superior?</td></tr>
<tr><td>2. Quanto você estaria disposto a pagar por mês no curso superior em que está matriculado (considerando a renda declarada)?</td></tr>
<tr><td>3. Quais os problemas, em sua percepção, o impedem de oferecer um valor maior? Descreva, por gentileza, os principais. (Exemplos: assiduidade de professores, qualificação de professores, atendimento das secretarias do curso, infraestrutura das salas de aula, infraestrutura dos banheiros, estacionamento, laboratórios de informática, biblioteca (livros e infraestrutura), segurança, bolsas para pesquisa etc.). Caso necessite de mais espaço, escreva no verso desta folha.</td></tr>
</table>

E-mail: _____

Fonte: Adaptação da pesquisa de Oliveira (2014).

APÊDICE B: QUESTIONÁRIO TIPO REFERENDO

O presente questionário é parte integrante da pesquisa acadêmica, relacionada ao Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília. A orientadora desta pesquisa é a Professora Doutora Fátima de Souza Freire.

Para efeitos do cumprimento dos objetivos da pesquisa, responda ao questionário somente se for aluno do curso de Ciências Contábeis.

Não obstante, a autora declara que as informações deste questionário **são de caráter confidencial**, e serão apresentadas no estudo **somente de forma agregada**. O respondente não precisa se identificar. Porém, caso queira receber os resultados desta pesquisa após defesa em banca, registre um e-mail no verso desta folha. Obrigada.

Bloco I – PERFIL SOCIOECONÔMICO

1. Sexo
☐ Masculino
☐ Feminino

2. Estado Civil
☐ Solteiro ☐ Casado ☐ Separado ☐ Divorciado
☐ União estável ☐ Outro

3. Faixa etária
☐ 16–20
☐ 21-30
☐ 31-45
☐ 46-65
☐ Acima de 65

4. Escolaridade
Semestre em curso:_____

4.1 Já possui algum curso superior completo?
☐ Sim. Qual?
R:_____
☐ Não.

5. Renda Bruta
5.1 Estou declarando renda:
☐ Individual ☐ Familiar
5.2 Faixas de renda:
5.2 Faixas de renda:
☐ Nenhuma
☐ Até R$ 788,00
☐ De R$ 788,01 até R$ 1576,00
☐ De R$ 1576,01 até R$ 2.364,00
☐ De R$ 2.364,01 até R$ 3.152,00
☐ De R$ 3.152,01 até R$ 3.940,00
☐ De R$ 3.940,01 até R$ 4.728,00
☐ Acima de R$ 4.728,00

6. Naturalidade
Natural de Brasília?
☐ Sim.
☐ Não. Qual Estado de Origem?
R:_____ ____

Bloco I I – QUESTIONÁRIO

É sabido que a UnB é uma Universidade Pública Federal e que oferece cursos de qualidade reconhecida pelas principais publicações da área de educação. Porém, para que possa responder a este bloco de questões, serão lançadas situações hipotéticas para sua avaliação.

Desta forma, supondo que o curso de Pedagogia da UnB tivesse uma mensalidade no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais) com a estrutura existente atualmente, responda as seguintes questões:

1. Primeiro cenário:

   Com uma condição financeira melhor, se a prefeitura do campus da UnB, seguindo um hipotético planejamento de investimentos em reestruturação, reformasse as salas de aula tornando-as mais confortáveis para o seu propósito e mantivesse os banheiros em melhor estado de conservação para o uso, você concordaria em pagar uma mensalidade no valor de R$ 700,00?

   ( ) Sim ( ) Não

2. Segundo cenário:

   Com uma condição financeira melhor, se a prefeitura do campus da UnB, ainda seguindo um hipotético planejamento de investimentos em reestruturação, reformasse as salas de aula, mantivesse os banheiros em melhor estado de conservação, e, também, reformulasse toda a estrutura de segurança no campus (incluindo os estacionamentos com mais vigias e iluminação), tornando mais segura a sua estada durante as aulas, você concordaria em pagar uma mensalidade no valor de R$ 800,00?

   ( ) Sim ( ) Não

3. Terceiro cenário:

   Com uma condição financeira melhor, se a prefeitura do campus da UnB, ainda seguindo um hipotético planejamento de investimentos em reestruturação, reformasse as salas de aula, mantivesse os banheiros em melhores condições de uso, reformulasse toda a estrutura de segurança no campus e, somado as estas reestruturações físicas, houvesse um investimento na qualificação dos professores quanto ao nível de conhecimento (titulação – mestres e doutores) e didática (melhor preparação e treinamento para repassar o conhecimento em sala) você concordaria em pagar uma mensalidade no valor de R$ 900,00?

   ( ) Sim ( ) Não

4. Quarto cenário:

   Com uma condição financeira melhor, se a prefeitura do campus da UnB, ainda seguindo um hipotético planejamento de investimentos em reestruturação, reformasse as salas de aula, mantivesse os banheiros em melhores condições de uso, reformulasse toda a estrutura de segurança no campus, efetuasse investimentos na qualificação dos professores quanto ao nível de conhecimento e didática, realizasse uma reestruturação do laboratório de informática tornando-o mais moderno e adequado às novas demandas profissionais da área e, ainda, dispusesse de uma biblioteca mais atualizada no que se refere às publicações da área, você concordaria em pagar uma mensalidade no valor de R$ 1.000,00?

   ( ) Sim ( ) Não

5. Registre neste espaço, caso entenda necessário, um valor diferente dos quatro cenários propostos que estaria disposto a pagar pelo curso de Pedagogia na UnB considerando o valor base de mensalidade para a estrutura atual (caso existisse a necessidade de pagar), incluindo como justificativa para o "novo valor" algum "benefício/demanda" que não foi citado anteriormente nas propostas. ***Obs.:** Este "novo valor", considerando a suposição do valor inicial da mensalidade, deverá ser maior ou igual a R$ 600,00 (seiscentos reais).
Caso queira receber os resultados desta pesquisa, registre nesta área um *e-mail*.

Fonte: Adaptação da pesquisa de Oliveira (2014).